

HISTÓRIA

ANO XVIII (NOVA SÉRIE) • N.º 25 • OUTUBRO 1996 • 480\$00

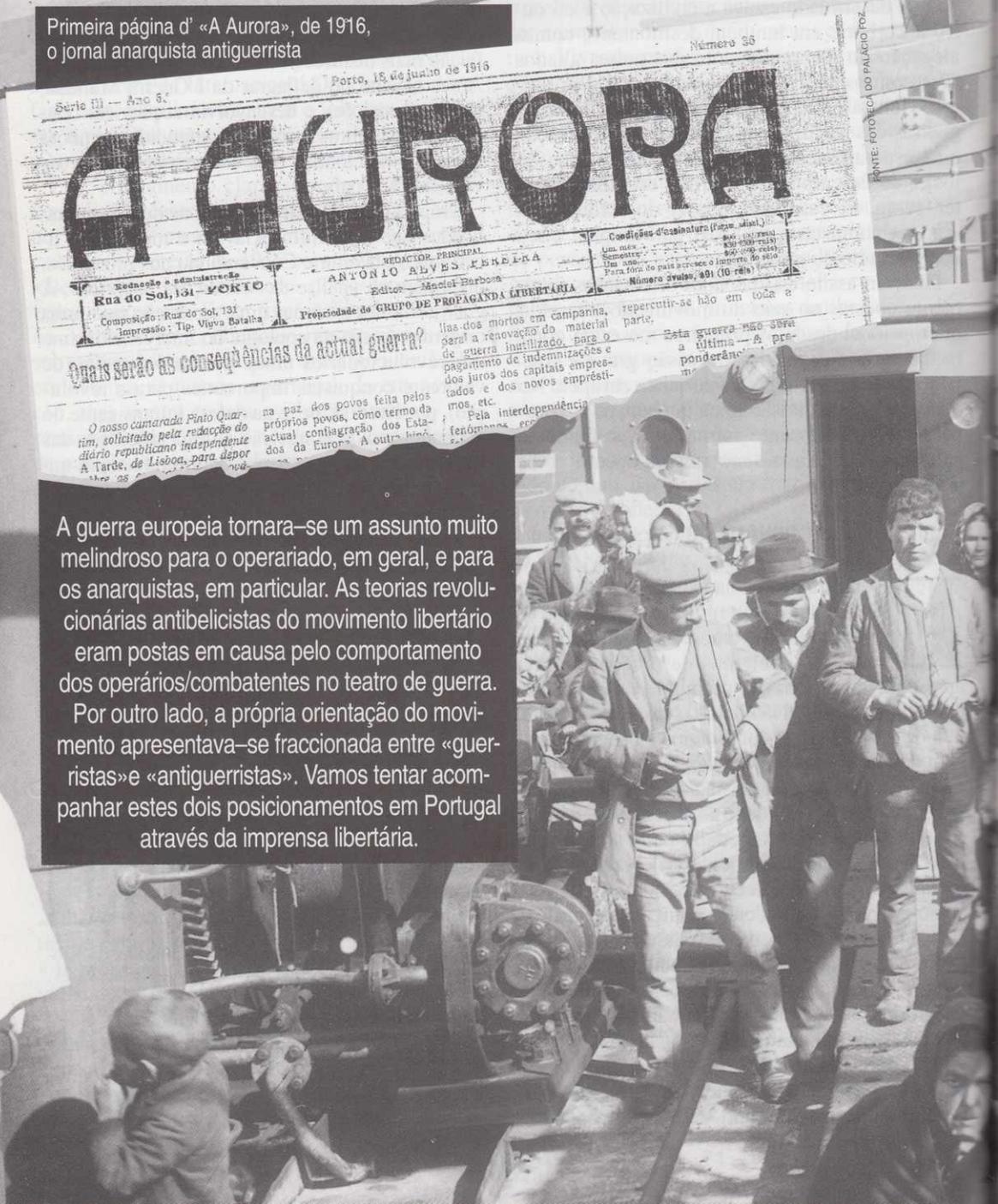
Ouro nazi em Portugal

A história do ouro
pilhado pelos nazis
e pago ao Governo
de Salazar
durante a Guerra



A IMPRENSA PORTUGUESA E A

Primeira página d' «A Aurora», de 1916, o jornal anarquista antiguerrista



Quais serão as consequências da actual guerra?

O nosso camarada Pinto Quartim, solicitado pela redacção do diário republicano independente A Tarde, de Lisboa, para depor

na paz dos povos feita pelos próprios povos, como termo da actual consagração dos Estados da Europa. A outra hinc

lias dos mortos em campanha, para a renovação do material de guerra inutilizado, para o pagamento de indemnizações e dos juros dos capitais emprestados e dos novos empréstimos, etc.

Pela interdependência dos fenómenos, etc.

Condições d'assinatura (porze anual.)
 Um ano...
 Um ano...
 Para fora do país acresce o imposto do selo
 Número Avulso, 481 (10 réis)

repercutir-se háo em toda a parte.

Esta guerra não será a última — A ponderação...

A guerra europeia tornara-se um assunto muito melindroso para o operariado, em geral, e para os anarquistas, em particular. As teorias revolucionárias antibelicistas do movimento libertário eram postas em causa pelo comportamento dos operários/combatentes no teatro de guerra.

Por outro lado, a própria orientação do movimento apresentava-se fraccionada entre «guerristas» e «antiguerristas». Vamos tentar acompanhar estes dois posicionamentos em Portugal através da imprensa libertária.

LIBERTÁRIA GRANDE GUERRA



Grevistas presos a bordo de um navio de guerra no rescaldo da repressão à greve geral de 1912

O JORNAL «A AURORA» (PORTO) DAVA VOZ AOS «ANTIGUERRISTAS»

Este jornal do Porto já desde 1911 reproduzia alguns textos doutrinários e notícias de movimentações, que iam no sentido de prevenir os militantes para a eventualidade da guerra. ⁽¹⁾

Perante a iminência do conflito, as primeiras reacções em Portugal nos meios libertários e operários eram de repúdio e de oposição.

«A Aurora», logo a 1 de Agosto de 1914, publicava um artigo de Clemente Vieira dos Santos, intitulado «Abaixo a Guerra!», onde este se lamentava, nos seguintes termos:

«Ah! como isto ainda está muito atrasado! Nem em face da conflagração, que parece estar iminente, para saciação de ódios antigos, o trabalhador abre os olhos e impede o cataclismo em que ele é o unico esmagado! Paciência!

Pelo menos, que os horrores da conflagração, se tal se der, o façam recair em si.» ⁽²⁾

A 16 do mesmo mês, num artigo intitulado «A Guerra!», formulavam-se várias questões acerca do seu desenlace:

«Que resultará desta colossal guerra? Um longo eclipse da civilização? O desaparecimento das magras liberdades conquistadas? O recuo do ideal socialista e libertário e da organização operária? A revolução?

Angustioso problema!» ⁽³⁾

As notícias iam chegando e com elas as clivagens no campo anarquista. Em 6 de Setembro «A Aurora» publicava «Aos Camaradas», posição de «Les Temps Nouveaux», de 8 de Agosto, onde se reconhecia a nova situação criada:

«Impotentes, sob a onda que se varre, tiveram os revolucionarios que se apartar ante a fatalidade. (...) Para que a Europa não seja precipitada durante séculos na barbaria, resta-nos a esperança de que o povo alemão tome contas aos agressores e proclame ao menos a República.» ⁽⁴⁾

Ultrapassada a expectativa dos primeiros meses, demarcavam-se também as posições entre os libertários portugueses. Com Kropotkine e o seu grupo, estavam alguns dos melhores intelectuais do anarquismo português: Adolfo Lima, Severino de Carvalho, Bernardo de Sá, Augusto Machado, César Porto, Miguel Córdoba e, sobretudo, Emílio Costa; com Malatesta e seus companheiros, ficavam: Neno Vasco, Manuel Joaquim de Sousa, Clemente

Vieira dos Santos, Serafim Lucena e Mário de Azevedo.

A intervenção do primeiro grupo far-se-ia sobretudo no jornal «*Germinal*». O segundo exprimia-se principalmente através de «A Aurora».

Este periódico publicava, a 22 de Novembro, «Anarquistas esquecidos dos seus princípios», de Malatesta. A 29 do mesmo mês, saía «A imprensa bancarrota da Internacional», um comentário ao artigo de Kropotkine com o mesmo título. Neste último, considerava-se a neutralidade como questão «incidental e derivada» e defendia-se o abstencionismo.

Um artigo de Neno Vasco, intitulado «O desarmamento geral», a 27 de Dezembro, terminava o ano de 1914. Partindo da existência do movimento a favor do desarmamento geral, incrementado na Inglaterra e com vista à inclusão num tratado de paz, considerava-o uma utopia e esclarecia:

«(...) Demasiados são os interesses que, na actual sociedade, se prendem ferreamente à guerra e à paz armada: a finança, a grossa indústria metalúrgica, o comércio grande e pequeno dos fornecedores de tropas e marinhas, o militarismo profissional, etc., tudo isso pesará formidavelmente na balança (...).

O que não impede de registar as promessas dos governantes e de combater, com todos os males do Capitalismo, o avanço do militarismo e do espírito militar.» ⁽⁵⁾

Era, no fundo, a reafirmação dos princípios que norteavam o antiguerrismo malatestiano.

A 10 de Janeiro de 1915, publicava-se um artigo de Henri Zisly, «Duas tendencias na luta anarquista», datado de Paris, Dezembro de 1914. A propósito, a Redacção emitia uma Nota, onde pode ler-se:

«Não se trata dum conflito entre 'doutrinarios' e 'praticos', ou entre partidarios da 'supressão completa' e partidarios das 'atenuações sucessivas'. (...)

Não há duas tendencias. Há simplesmente que alguns camaradas abandonaram, ao mesmo momentaneamente, o método anarquista. E é o método que, mais que a finalidade, forma e diferencia um partido ou movimento. Na luta actual, o anarquismo é, sobretudo, um método e pelo seu método é que ele tem sido caracterizado, na Velha Internacional e depois. Finalidade anarquista, isso quem quer a tem.» ⁽⁶⁾

No dia 24 de Janeiro, eram reproduzidos os

artigos «Causas e efeitos», de Domela Nieuwenhuis e «O Internacionalismo não faliu», de Jean Grave. A 7 de Março, saía o «Manifesto dos Anarquistas de Londres» contra a guerra.

Manuel Joaquim de Sousa publicava, do n.º 2 ao n.º 6, um longo artigo intitulado «A Internacional operária depois da guerra». Após um pormenorizado histórico, terminava manifestando a esperança de que o internacionalismo subsistiria.⁽⁷⁾

No dia 12 de Dezembro, o jornal iniciava a publicação do artigo «A Psicologia do Intervencionismo», que continuava no dia 19 do mesmo mês. Aí se discorria sobre as principais causas externas do movimento «intervencionista» entre os revolucionários. Pode ler-se logo no início:

«Todos os governos quiseram e provocaram a guerra, mas todos procuraram colocar-se na situação simpática de provocados e agredidos. Uns por poderem esperar melhor preparação e melhor oportunidade, outros por terem uma opinião pública mais inquieta e difícil de contentar, houve-os que deixaram que a declaração e a agressão pública viessem do inimigo. (...) No meio de todas estas aparências, muitos revolucionários viram unicamente o perigo da vitória teutónica e, num rápido, instintivo, irreflectido movimento de defesa, deitaram a mão aos meios mais fáceis, mais prontos, mais visíveis e seguiram os aliados mais preparados e dispostos.»⁽⁸⁾

O ano de 1915 terminava com a publicação da Carta de Kropotkine ao «*Temps*», de Novembro de 1905. A intenção era clara: diminuir a força da argumentação dos intervencionistas, quando estes pretendiam explicar a sua atitude em actos próximos.

O número de 23 de Janeiro de 1916 exibia na primeira página um artigo intitulado «Uma Vitória do Militarismo», que apresentava assim:

«Sucedeu o que se previra: com a presente guerra, triunfou na Inglaterra o serviço militar obrigatório. Era uma profecia relativamente fácil de fazer. [Transcreve em seguida a notícia a propósito, dada pelo *The Labour Leader*.]»⁽⁹⁾

Depois da entrada oficial de Portugal na guerra (9/3/1916), os condicionalismos impostos ao antiguerrismo iriam aumentar. Mas o periódico manteve a sua orientação.

A 12 de Março, era promulgado o Decreto n.º 2270, que estabelecia:

«É permitido às autoridades policiais ou administrativas apreender os periódicos ou outros

impressos, e escritos ou desenhos de qualquer modo publicados, nos quais se divulgue boato ou informação capaz de alarmar o espírito público ou causar prejuízo ao Estado, no que respeita, quer à segurança interna ou externa, quer aos seus interesses em relação a nações estrangeiras, ou ainda aos trabalhos de preparação ou execução de defesa militar.»⁽¹⁰⁾

Embora o diploma estipulasse que não havia censura prévia, assegurava também que a apreensão seria seguida das medidas complementares indispensáveis para que fosse eficaz⁽¹¹⁾. E, com o sidonismo, redobrava o sentido da eficácia. Havia de notar-se.

A 26 de Março, no artigo «Através da Beligerância», assinado por Alfredo Guerra, o assunto da declaração de guerra da Alemanha a Portugal era abordado, denunciando-se assim o espírito que reinava em muitos:

«(...) Para essas criaturas não há, no momento presente, outra questão a tratar. Guerra, guerra e só guerra.» E advertia:

«Ora os trabalhadores devem olhar para outros lados. À pala da guerra, os assambarcadores, os merceeiros, os padeiros, enfim, todos aqueles que vivem à sombra do parasitismo estão a elevar desmedidamente o preço dos géneros de primeira necessidade. (...) Por seu turno, os salários conservam-se como antes, senão pior.»⁽¹²⁾

Assinado por Pedro Guimarães, o artigo «Nas horas vagas...», de 11 de Junho, abordava a guerra pelo prisma dos lucros e perdas. Apresentando números, exibia os enormes lucros líquidos de algumas companhias inglesas de navegação e fábricas de material de guerra e do grupo alemão Krupp. Daí concluir que as guerras eram ruinosas apenas para os proletários.⁽¹³⁾

Sob o título «Quais serão as consequências da actual guerra», «*A Aurora*» transcrevia, a 18 de Junho, uma entrevista de Pinto Quartim dada ao jornal «*A Tarde*», de Lisboa (Doc. 1). O próprio texto destaca: «Não haverá vitória definitiva e todos os povos sofrerão com esta guerra; esta guerra não será a última — a prepotência do elemento guerreiro aumentará; a crise revolucionária não é uma falência definitiva — o futuro é dos ideais avançados.»

Um artigo sobre «As Propostas de Paz», assinado por Alfredo Guerra, vinha publicado em 24 de Dezembro. Nele se aludia às propostas feitas nesse sentido pelos Impérios Centrais às potências agrupadas no Triplo Entendimento, e ao au-



mento da dívida pública, devido aos empréstimos de guerra (também em Portugal, mas não expressamente referido).⁽¹⁴⁾

A participação efectiva de Portugal na guerra fazia aumentar as despesas e as privações. O descontentamento era notório. Procurava-se, então, abordar os aspectos em que a vida do País mais se degradara e canalizar essa animosidade para acções concretas. Mas a referência a aspectos e a situações mais gerais não deixava de fazer-se também.

Num artigo assinado por Pedro Guimarães, publicado a 11 de Fevereiro e intitulado «Lições da Guerra», pode ler-se:

«A guerra actual, que (...) [muitos] classificam ainda, hipocritamente, de *guerra de libertação* não passa (...) duma 'assembleia de pancadaria', onde se discute (...) 'à força', a quem há-de pertencer, de futuro, a hegemonia industrial, comercial, financeira e diplomática da Europa.

(...) agita[ndo] espalhafatosamente, os chamados valores morais e patrióticos dos seus respectivos povos.»⁽¹⁵⁾

No segundo semestre de 1917, surgiam dois artigos, ambos assinados por Alfredo Guerra e virados para o pós-guerra. O primeiro, «Ao cabo de três anos...», de 12 de Agosto, prevenia:

«(...) seria de todo o ponto conveniente que se pensasse a valer no dia de amanhã. A guerra não durará eternamente, e os proletários, mais directamente interessados no assunto, precisam de se precaver contra futuras eventualidades.»⁽¹⁶⁾

O outro, de 23 de Setembro, intitulado «Mais propostas de paz», avançava:

«A paz que interessa aos trabalhadores há-de ser aquela que eles possam impor pela força da sua organização e pela pujança da sua solidariedade. Esta sim, é que será uma paz duradoura.»⁽¹⁷⁾

O «1.º de Maio de 1918» servia ainda de pretexto a Clemente V. dos Santos para apelar a um levantamento dos operários contra as condições em que se vivia:

«(...) nunca, como nesta hora grave da nossa condição de operários, que tem sido sempre contrariada por todos os potentados, se tornou tão oportuna uma manifestação gigantesca contra todos os *honrados* comerciantes, os *honrados* assambarcadores [espaço em branco por corte da censura].»⁽¹⁸⁾

Aspecto de uma das oficinas de torneamento de granadas em laboração, integrada no complexo da fábrica de Arroios, em Maio de 1918

Além da reafirmação intransigente dos princípios em que se fundamentava o antiguerrismo dos libertários, assistimos à divulgação de posições, de origem interna ou externa, que os acontecimentos, o decurso do conflito europeu e a réplica dos adversários iam motivando

O JORNAL «GERMINAL» (LISBOA) VEICULAVA AS INTERVENÇÕES DOS «GUERRISTAS»

Os «guerristas», no plano ideológico, tinham a força que lhes advinha do facto de com eles terem a maioria dos intelectuais libertários e alguns dos nomes de maior prestígio do anarquismo internacional, nomeadamente dos que mais influência tinham em Portugal: Kropotkine e Grave.

O Grupo Germinal lançou o jornal com o mesmo nome, em Lisboa, a partir de Janeiro de 1915. Dado o fraco apoio interno que a posição guerrista tinha entre nós, estabelecia este periódico uma aproximação estreita a publicações estrangeiras, com destaque para «*La Libre Federation*», de Lausanne (Suíça), e «*Accion Libertaria*», de Gijón (Espanha).

Emílio Costa era o director do jornal e também o chefe-de-fila dos intelectuais «guerristas» portugueses. Através desta publicação definia as posições do grupo e atacava as dos «guerristas» de «*A Aurora*».

Entre Janeiro e os fins de Março, publicava em todos os números «Os anarquistas e a guerra européa». Logo no primeiro número (1/1), lamentava a «divisão estabelecida pela diferença de opiniões, passando para a incompatibilidade entre as pessoas». E desbafava:

«(...) tive a magua de ver Malatesta perturbar-se a ponto de empregar a palavra 'traidores', referindo-se aos que não pensam e não procedem como elle. (...)

Mas a paixão é cega e quando ella chega, os melhores deixam de ver e desequilibram-se.»⁽¹⁹⁾

Na intervenção do dia 10 sobressaía a ideia de conciliação, mas eram também reafirmadas a de defesa e de autonomia:

«(...) não devemos pôr de parte nenhuma forma de servir a ideia, (...) todas podem ser muito úteis, conforme os servidores e as ocasiões, mas que por isso mesmo também nenhum de nós deve, *sem dados suficientes*, consurar a anatematizar os outros, que não pensam e não procedem como nós.»⁽²⁰⁾

Em 31 de Janeiro, fazia uma referência a um

artigo de Malatesta, publicado em «*A Aurora*», a 10 do mesmo mês. Reafirmava então que a atitude de apoiar a França não significava estar de acordo com as ideias burguesas. Como que em reforço, transcrevia-se a resposta de Charles Malato ao mesmo artigo, onde, basicamente, este se preocupava em demonstrar que não se podia comparar a França e a Inglaterra à Alemanha e à Áustria, embora todos fossem países capitalistas.⁽²¹⁾

No dia 7 de Fevereiro, a tónica era colocada na distinção a fazer entre a situação em que estavam os «anarquistas de países invadidos e postos a saque» e os de «países que estavam directamente fora de contenda». E explicitava:

«É com justiça que se assimila a invasão alemã, 'feita sem provocação dos invadidos', a uma invasão de barbaros. A barbaridade está nos processos. O incendio, o roubo, o saque, o assassinato, a tortura, a destruição, o morticínio, a apropriação de bens e 'de pessoas' (...) não deixam de ser atos barbaros, legitimando toda a defesa.»⁽²²⁾

A intervenção do dia 14 de Fevereiro procurava distinguir os fins e os meios:

«(...) só há uma maneira boa de tratar a questão da atitude dos revolucionarios: é não o pôr no terreno movediço da coherencia, e pô-la no terreno da utilidade dos atos que se praticam em vista dos fins a atingir.»⁽²³⁾

Argumentava ainda que a maior parte dos revolucionários que acabaram por ir para as fileiras ter-se-ia colocado em circunstâncias piores se tentasse escapar à mobilização.

Em 21 de Fevereiro, o articulista explanava a ideia de que «toda a questão gira em torno da *significação e alcance social* que cada um atribue a esta guerra» e explicava:

«Dum lado estão aqueles para quem a vida política dos povos é um aspecto importante sob que se deve encarar o resultado da luta e os que atribuem importancia grande a outros factores do conflicto, alem do economico.

Do lado oposto estão, naturalmente, os que atribuem àquela vida política e a outros factores uma importancia mínima senão nula. Disto resulta logicamente que os primeiros tendem para a participação na guerra e os segundos para a abstenção.»

Também a questão da colaboração era frontalmente colocada:

«Que me importa colaborar com o Estado, se isso me fôr necessario para conseguir um fim

que tenha em vista? Esta colaboração representa uma forma de aumentar a força de que se precisa *para um fim comum*; uma vez esse fim atingido ou tendo desaparecido a necessidade de o atingir, cessa 'ipso facto' a colaboração.»⁽²⁴⁾

Em 7 de Março, abordava as «conquistas da democracia a salvar» e «perigo alemão a combater». Depois de analisar o processo de formação da Alemanha e destacar a sua ânsia de domínio, terminava:

«É mais uma vez o despotismo, aniquilando o indivíduo que pretende impor-se ao mundo; e mais uma vez se tem de lutar contra o despotismo.

Este é que é o grande perigo contido em toda esta guerra, preparada e desencadeada pela Alemanha. Como se lutou e se luta contra Roma, tem que se lutar contra Berlim, e sempre em nome dos direitos do homem.»⁽²⁵⁾

E isso justificava a defesa da França:

«(...) pode-se no entanto justificar a defeza da França contra a Alemanha, em nome da liberdade contra o despotismo, sem que por isso nos confundamos com os governantes e reacionarios francezes.»⁽²⁶⁾

O último artigo dessa sequência, de 21 de Março, procurava suscitar uma reflexão e um debate sobre as correcções a fazer na propaganda e organização anarquistas, com base nas lições que o conflito fornecia⁽²⁷⁾.

Entretanto, ao longo destes meses, outras participações iam ocorrendo. Da produção nacional, destaca-se «Notas Ligeiras», quase sempre assinadas por um «Qualquer». A 31 de Janeiro, pode ler-se nesta secção:

«Paz! Paz! Mas isso não importa a submissão àquela casta guerreira com que se declarou integrada a 'kultur'? Isso não importa a capitulação ante o Kaiser? [Inclui-se parte dum texto de Jean Grave sobre a necessidade de esmagar o militarismo alemão.]»⁽²⁸⁾

Era a rejeição da «paz alemã», que os Aliados também não aceitavam.

No dia 7 de Fevereiro, o assunto era a participação dos proletários na guerra, considerando que os trabalhadores franceses não fizeram senão resisitir às pretensões odiosas dos seus inimigos de classe, enquanto que os alemães os serviam.⁽²⁹⁾

A 14 de Março rejeitava-se a divisão no movimento libertário em duas facções, «uma jurando por Kropotkine» e «outra por Malatesta». Apresentava-se a divergência como um assun-

to de família apenas, que entre família devia ficar e ser resolvido.⁽³⁰⁾

Emílio Costa intervinha de novo. Em «Joeirando», publicado em 9 de Maio (Doc. 2), comentava o artigo de Malatesta, «Fins e resultados da guerra». Mais uma vez: considerava as divergências superficiais, pelo que havia razão de um lado e de outro. Reiterava a sua solidariedade aos povos agredidos, sem que isso significasse seguidismo dos dirigentes, esclarecia. Assegurava ainda avaliar os procedimentos de acordo com as circunstâncias e dizia preferir a suposta incoerência dos princípios, de que falava Malatesta, a uma vitória alemã, pelo que isso se lhe afigurava representar para a causa libertária.

No primeiro número de 1916, o director inseria o artigo «Os trabalhadores portugueses e a paz», onde reconhecia as deficiências e a falta de espírito revolucionário do passado e tentava alertar para o futuro imediato do pós-guerra, prevendo:

«(...) o povo, o proletariado há-de, pela primeira vez, desempenhar um papel nos destinos da política internacional, influenciando, de qualquer forma, nas bases em que a futura paz há-de assentar.»⁽³¹⁾

Reconhece-se a linha de análise kropotkiniana.

Em Março, com o título «O tratado de paz», fazia-se uma reprodução do artigo de Jean Grave, «O dever do momento», no qual o libertário francês apontava as medidas que a opinião pública devia exigir para um futuro tratado de paz.

O mesmo assunto era retomado num artigo de Adolfo Lima, «Garantias de Paz», precisamente um ano depois. Neste, o articulista falava na necessidade de se pensar no futuro e na «sua [do povo] *intervenção directa*, no momento em que se tratar da paz».⁽³²⁾

Num artigo publicado em Maio de 1917, intitulado «A acção política do operariado», o mesmo autor reconhecia o desmoroamento de importantes propósitos em relação ao operariado⁽³³⁾. Nesta altura, havia já uma visão mais completa dos estragos do conflito e da necessidade de mobilizar os operários para a reconstrução.

Dois artigos sob a designação de «Imperialismo Político» vinham inseridos nos números de Fevereiro e Março de 1916. Enquanto no primeiro se recorria sobretudo a citações de personalidades estrangeiras acerca da guerra e das suas consequências, no segundo tentava-se dissecar o imperialismo alemão e os seus desígnios.⁽³⁴⁾

No artigo publicado nos meses de Junho e Agosto de 1916 e sob o título «Conflagração europeia», Conceição Pires abordava o tema das origens da guerra, explanando a ideia de que se tratava essencialmente de uma investida do espírito militarista contra o espírito da Revolução Francesa — os Direitos do Homem⁽³⁵⁾.

Um artigo de César Porto, «Patriotismo, Internacionalismo e Militarismo», publicado em Maio de 1916, tentava justificar a simpatia dos portugueses pela causa aliada e fundamentar o desejo da derrota alemã.⁽³⁶⁾

Desde o n.º 4 (Maio de 1916), que surgiam algumas referências, quase sempre reduzidas, a artigos de outros periódicos estrangeiros ou a situações que de perto se prendiam com a problemática da guerra. Mas havia também artigos de fundo com a mesma origem.⁽³⁷⁾

No artigo «Alea jacta est!», de Abril de 1917, Emílio Costa considerava a Revolução Russa como «o maior acontecimento produzido na vida política e social da Europa», depois da declaração da Grande Guerra e dos fenómenos que lhe sucederam. A sua atitude era de expectativa quanto aos resultados e de júbilo pela abdicação do czar e pelas perspectivas que ela abria. Constituía ainda motivo para formular um desejo aliadófilo:

«(...) ansiamos por que êle se repita entre êse desgraçado povo alemão, fascinado pelo kaiserismo, por que se produza na Alemanha o movimento emancipador que esperam todos os amigos da liberdade.»⁽³⁸⁾

A Revolução Russa vinha, pelas expectativas que criava, adiar por algum tempo uma discussão profunda que, entre as forças com implantação no operariado, a guerra tornara inevitável. Por esta altura terminava também a polémica que por vezes se estabelecera com os «antiguerristas» de «A Aurora».

A REVISTA «A SEMENTEIRA» (LISBOA): DA CONVIVÊNCIA AO ALINHAMENTO COM O ANTIGUERRISMO

Suspensa há algum tempo, a revista «A Sementeira» retomava a sua publicação nos princípios de 1916. Desde essa altura e até ao fim da guerra, encontramos vários artigos, de autoria nacional e estrangeira, com referências directas ou indirectas ao conflito.

Com o título «A guerra! A guerra!» era reproduzido um artigo de Jean Hess, a 1 de Março. A tónica incidia no carácter cruel da guerra e na dor das mães que lá traziam os filhos.⁽³⁹⁾

O posicionamento da revista perante a guerra e o diferendo que opunha os libertários, vinha expresso no número de Abril de 1916: a defesa da paz e a condenação da guerra. Daí, a preocupação manifestada pela entrada de Portugal. Quanto aos grupos existentes, não tomava partido e procurava até uma certa convivência com os intervencionistas, embora esta fosse cada vez mais difícil.

No mesmo número, publicava um artigo de Emílio Costa, intitulado «Palavras ao Vento». Situava-se na mesma linha da suas preocupações explanadas em o «*Germinal*» por essa altura.

Já em 1917, reproduzia, nos números de Janeiro e Fevereiro, um estudo editado em França pela CGT, sob o título «A Vida Cara, suas causas e consequências. O papel dos Assambarcadores e Especuladores», elaborado antes da conflagração europeia. Não foi, como aí se considerava o factor «guerra» que veio agravar todos os outros. Pretendia-se com isto demonstrar, como também se dizia, que se tratava de um fenómeno geral e inerente ao regime capitalista.⁽⁴⁰⁾

Em Julho do mesmo ano, publicava uma carta de Karl Liebknecht (que se havia oposto à concessão dos segundos créditos de guerra no Parlamento alemão em Dezembro de 1914), de 3 de Maio de 1916, dirigida às autoridades militares alemãs por altura da sua prisão, onde pode ler-se:

«Juntamente com o govêrno austríaco, o govêrno alemão provocou a actual guerra e deve portanto assumir o maior quinhão de responsabilidade no desencadear imediato desse conflito.»⁽⁴¹⁾

O número seguinte trazia uma segunda carta do revolucionário alemão, dirigida ao Tribunal Militar de Berlim em 8 de Maio deste ano, e onde a sua posição continuava firme:

«(...) O socialista internacionalista é revolucionário em face de qualquer outro govêrno capitalista, como o é ante o seu próprio govêrno.»⁽⁴²⁾

No mesmo mês, sob o título «O Funeral do Soldado», da autoria de Miguel Bionda e datado de Maio de 1917, vinha descrita a cerimónia



FONTE: FOTOTECA DO PALÁCIO POZ

de um desses mortos desconhecidos de que a guerra é fértil.⁽⁴³⁾

Durante o ano de 1917, a orientação do periódico mantinha-se, reafirmando essencialmente o seu antibelicismo e alertando para as consequências do conflito.

Cada vez mais malatestiana, «*A Sementeira*» publicava, em Fevereiro de 1918, um artigo intitulado «A Falência do Estado», assinado por um tal Astrogildo Pereira. Nele se previa o fracasso do Estado e a vitória dos princípios e das ideias que se supunham ultrapassados.⁽⁴⁴⁾

A paz estava, naturalmente, na ordem do dia por esta altura, com o fim da guerra a adivinhar-se próximo.

Em Março do mesmo ano, transcrevia-se um trabalho de um correspondente do jornal suíço «*Genevois*», intitulado «A Questão da Paz», em que este alertava para a possibilidade de a paz não vir a ser a «paz dos povos». A seguir, sob o título «As Condições da Paz», reconhecia-se que «seria interessante e elucidativo estudar detidamente as variações dos fins de guerra ou condições de paz das potências beligerantes, sob a acção da intervenção norte-americana, da revolução russa e dos próprios acontecimentos da guerra.»⁽⁴⁵⁾

Propunha-se assim o estudo das novas con-

dições que envolviam o conflito, que em certo sentido das realidades recomendava.

Para a história da censura em Portugal ficava ainda a publicação, em Março de 1919, de um corte efectuado em Maio de 1916, no artigo «O 1.º de Maio» (Doc. 3).

Grevistas manifestando-se em frente da esquadra da polícia instalada em dependências do actual Teatro D. Maria, em Lisboa

CONCLUSÃO

A imprensa libertária do nosso país reflectia o panorama existente no movimento:

a) «*A Aurora*» — Neste periódico, claramente antiguerrista, assistimos a uma reafirmação intransigente das doutrinas anarquistas e do antibelicismo, numa interconexão que sempre procurava estabelecer-se. Para o efeito, os textos de Malatesta como que iam dando o tom, e até marcando o ritmo, em que se baseavam as intervenções dos «antiguerristas» portugueses. Rebater o intervencionismo e tentar manter acesa a chama revolucionária no operariado le-

vavam constantemente à condenação da participação nos combates e ao alertar para uma luta eficaz no pós-guerra.

b) «*Germinal*» — Este periódico era o órgão através do qual os «guerristas» tentavam justificar a sua posição intervencionista, apoiada na atitude inicial de Kropótkine, nas suas fundamentações teóricas posteriores e nas acções conjugadas com outros intelectuais libertários de peso dentro do movimento. Rejeitando o epíteto de «traidores» com que os malatestianos os brindavam, toda a sua argumentação ia no sentido de distinguir os fins e os meios, posições de princípio e condições reais, legitimação da defesa perante a agressão — participação consequente dos revolucionários num caso destes. A orientação imprimida era, pois, mais defensiva: tinham que se justificar e envolviam-se em polémica, através sobretudo do comentário de textos publicados em «*A Aurora*». Ao mesmo tempo, tentavam vincar o direito de autonomia. Ensaíram ainda lançar uma ampla discussão no seio do movimento para alertar aquilo que consideravam ser inevitável adaptar às novas condições.

c) «*A Sementeira*» — A orientação desta revista era contrária à guerra, por princípio. Durante algum tempo, o periódico manteve um posicionamento que, não sendo equidistante, pretendia salvaguardar pelo menos uma convivência mínima entre as duas correntes libertárias no interesse do movimento. À medida, porém, que a guerra ia revelando as suas consequências e o pós-guerra se apresentava cheio de incertezas e dificuldades, assumia claramente uma posição antiguerrista e uma orientação geral mais malatestiana.

Por último, queremos assinalar que as intervenções dos libertários nacionais, nas publicações periódicas em causa, à excepção talvez de Emílio Costa, não revelavam grande originalidade e autonomia, à semelhança, aliás, do que acontecia em termos ideológicos, de um modo geral. Constituíam, por isso, mais uma ressonância do que se passava lá fora, de onde partira também a dissidência. Com isto não pretendemos desvalorizar uma participação que, além de abordar algumas questões pontuais internas de interesse, contribuía também para que, em Portugal, se pudesse acompanhar de

perto e intervir de algum modo numa turbulência, da qual o movimento libertário não mais se recomporia.

F.F.

NOTAS

- (1) Em 16/7/1911, o artigo de Malatesta, «A Guerra Europeia e a organização internacional dos trabalhadores»; outro artigo de Malatesta, em 15/12/1912, com o título «Guerra é Guerra!»
Em 22/12/1911, era publicado um manifesto do grupo «Les Temps Nouveaux», de Paris, sob o título «Aos que nada podem esperar da guerra».
- (2) *A Aurora*, n.º 210, II Série, de 2/8/1914, p. 1.
- (3) *Idem*, n.º 212, de 16/8/1914, p. 1.
- (4) *Idem*, n.º 215, de 6/9/1914, p. 3.
- (5) *Idem*, n.º 231, de 27/12/1914, p. 1.
- (6) *Idem*, n.º 233, de 10/1/1915, p. 1.
- (7) Cf. *idem*, n.º 6, de 14/11/1915, p. 4.
- (8) *A Aurora*, n.º 10, de 12/12/1915, p. 2.
- (9) *Idem*, n.º 16, de 23/1/1916, p. 1.
- (10) Art.º 1.º do Decreto n.º 2270, de 12 Março de 1916. *Diário do Governo*, n.º 47, de 12/3/1916.
- (11) Cf. *idem*, art.º 30.º.
- (12) *A Aurora*, n.º 25, III Série, de 26/3/1916, p. 1.
- (13) Cf. *idem*, n.º 35, de 11/6/1916, p. 2.
- (14) *Idem*, n.º 4, IV Série, de 24/12/1916, p. 1.
- (15) *A Aurora*, n.º 6, de 11/2/1917, p. 1.
- (16) *Idem*, n.º 20, de 12/8/1917, p. 1.
- (17) *Idem*, n.º 22, de 23/9/1917, p. 1.
- (18) *Idem*, n.º 36, de 1/5/1918, p. 1.
- (19) *Germinal*, n.º 1, de 1/1/1915, pp. 1-2.
- (20) *Idem*, n.º 2, de 10/1/1915, p. 1.
- (21) Cf. *idem*, n.º 4, de 31/1/1915, p. 1.
- (22) *Germinal*, n.º 5, de 7/2/1915, p. 1.
- (23) *Idem*, n.º 6, de 14/2/1915, p. 1.
- (24) *Idem*, n.º 7, de 21/2/1915, pp. 1-2.
- (25) *Idem*, n.º 9, de 7/3/1915, p. 2.
- (26) *Idem*, n.º 10, de 14/3/1915, p. 2.
- (27) Cf. *idem*, n.º 11, de 21/3/1915, pp. 1-2.
- (28) *Germinal*, n.º 4, de 31/1/1915, p. 2.
- (29) Cf. *idem*, n.º 5, de 7/2/1915, p. 3.
- (30) *Idem*, n.º 10, de 14/3/1915, p. 3.
- (31) *Germinal*, n.º 1, Fevereiro de 1916, p. 10.
- (32) Cf. *idem*, n.º 14, Março de 1917, p. 396.
- (33) *Idem*, n.º 16, Maio de 1917, pp. 449-458.
- (34) *Idem*, n.ºs 1 e 2, Fevereiro e Março de 1916.
- (35) *Idem*, n.ºs 5 e 7, Junho e Agosto de 1916.
- (36) *Idem*, n.º 4, Maio de 1916, pp. 105-108.
- (37) «Exame de Consciência», de Jean Grave, escrito em Agosto de 1916. Também atrasado de meses, era comentado o artigo de Gustave Le Bon sob o título «O misticismo e a guerra».
- (38) *Germinal*, n.º 15, de Abril de 1917, p. 423.
- (39) Cf. *A Sementeira*, n.º 3, de Março de 1916, pp. 40-41.
- (40) *Idem*, n.º 13, de Janeiro de 1917, p. 193.
- (41) *A Sementeira*, n.º 19, de Julho de 1917, p. 300.
- (42) *Idem*, n.º 20, de Agosto de 1917, p. 305.
- (43) Cf. *idem*, pp. 316-317.
- (44) *Idem*, n.º 26, de Fevereiro de 1918, pp. 17-18.
- (45) *A Sementeira*, n.º 27, de Março de 1918, p. 41.

A) FONTES (Impressas)

Jornal *A Aurora* — (Porto): 1911 a 1918;
Jornal *Germinal* — (Lisboa): 1915 a 1917;
Revista *A Sementeira* — (Lisboa): 1916 a 1919.